



CADERNO DE RESOLUÇÕES



www.sinprodf.org.br | facebook.com/sinprodf

APRESENTAÇÃO

De 16 a 18 de agosto de 2018, 599 delegados/as se reuniram no 11º Congresso dos/as Trabalhadores/as para debater e aprofundar discussões sob o tema: Você tem sede quê? Água, soberania, direitos, democracia, saber...

O Congresso, que homenageou o sindicalista e ambientalista Chico Mendes, foi muito rico no que concerne ao conjunto de mesas que trataram da conjuntura e os reflexos do capital global no Brasil e na América Latina.

Os desafios da educação para o Brasil no contexto do golpe de Estado e a lógica privatista do mercado neoliberal foram tratados de maneira aprofundada o que possibilitou um amplo debate entre os participantes.

A democratização dos meios de comunicação, observando o papel da comunicação de massa na consolidação da hegemonia do pensamento único conservador, despertou a atenção de todos e todas no sentido de lutar pelo fim do oligopólio privado e pelo direito à livre informação na sociedade.

Para aprofundar as questões de raça, gênero, diversidade sexual no contexto de avanço da pauta conservadora, os delegados e delegadas denunciaram as propostas fascistas como o chamado fim da "ideologia de gênero", a homofobia, a lei da mordada expressa na "Escola Sem Partido", e ainda a intervenção militar em curso no Rio de Janeiro.

O financiamento da educação vinculado ao debate da soberania e defesa dos nossos recursos minerais como água, energia e petróleo polemizou o Congresso como centro da luta em defesa das empresas públicas voltadas para atender aos interesses do conjunto do povo brasileiro.

Avaliou-se também a Gestão Democrática nas escolas, o recrudescimento na Base Nacional Comum Curricular e a reforma autoritária do Ensino Médio. A implementação dos Planos Distrital e Nacional de Educação ficou totalmente comprometida com a Emenda Constitucional 95 que congela por 20 anos os investimentos em educação, saúde e demais políticas públicas sociais.

Uma novidade no Congresso foi o início da discussão sobre uma estratégia para construção de uma sociedade socialista, humanista, democrática que tenha o respeito ao meio ambiente, às mulheres, os negros, os LGBTQs, os índios, os quilombolas e o conjunto da classe trabalhadora como pontos fundantes para a construção desse projeto de sociedade.

A homenagem a Chico Mendes foi um momento emocionante que contou com a presença da sua filha, Angela Mendes, e de uma bela exposição sobre a trajetória de luta dos povos da floresta na Amazônia.

Foi aprovado um Plano e Lutas e de Organização Sindical que direciona o nosso sindicato e a categoria para um processo de luta para o próximo período de muita unidade e capacidade para enfrentarmos os desafios que estão colocados para a educação e para a classe trabalhadora.

Os delegados e delegadas presentes ao 11º CTE, que assistiram ao belo show de encerramento com a cantora Ana Cañas, estão de parabéns pela exitosa participação do começo ao fim. Que possamos nos próximos três anos avançarmos na luta pela conquista das reivindicações aprovadas em nosso Congresso. Boa leitura!

Comissão Organizadora

TESE APROVADA POR DE 80% DOS DELEGADOS/AS

LUTAR PELA DEMOCRACIA, PELA SOBERANIA NACIONAL, PELOS DIREITOS DO POVO TRABALHADOR, PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, DE QUALIDADE, DEMOCRÁTICA, INCLUSIVA, LAICA E PARA TODAS E TODOS.

1 - CONJUNTURA INTERNACIONAL, NACIONAL E LOCAL

Introdução

O 11º Congresso dos Trabalhadores em Educação do Distrito Federal se insere no amplo esforço mundial de mobilização social para enfrentar a retirada de direitos ditada pelo império norte-americano contra os povos do mundo.

As frentes populares de resistência que se constituem no Brasil, na América Latina e nos demais continentes são essenciais e estratégicas para enfrentar o capitalismo predatório que se manifesta de várias maneiras: xenofobia, violência generalizada e dirigida – misógina, racial e de classe social – lgbtphobia, intolerância religiosa, contra as pessoas com deficiência, destruição do meio ambiente e diversas formas de desrespeito aos direitos humanos e sociais.

No Brasil, aprofunda-se o estado de exceção com as manipulações que romperam a ordem democrática e constitucional – por meio do golpe que afastou a presidenta Dilma Rousseff – representam claramente os interesses do capital financeiro combinados com um profundo desprezo pela ideia de nação, de identidade e de soberania. O golpe faz parte da luta de classes que disputa o papel do Estado como garantidor do patrimônio coletivo e dos direitos da classe trabalhadora. O golpe parlamentar, jurídico e midiático precisa afastar todos os “riscos” de um governo que defenda os direitos dos/as trabalhadores/as, cuja pauta implique ampliação de direitos, distribuição de renda, preservação de riquezas naturais, inserção internacional soberana e fortalecimento da democracia e do diálogo social. Para isso, derrubaram uma presidenta eleita pelo povo com 54,5 milhões de votos e encarceraram o ex-presidente Lula para tentar tirá-lo da disputa eleitoral de 2018.

A realização do nosso Congresso ocorre no momento do mais profundo ataque à democracia brasileira e a sua mais emblemática figura – o presidente Lula – reveste-se de um sentido histórico. A pluralidade de representações e os processos de luta no interior da nossa categoria podem produzir uma síntese de análise e um plano de lutas para enfrentar essa conjuntura de maneira ampla e unitária com os atores sociais democráticos em nosso país e no mundo. Isso significa defender diuturnamente a democracia, eleições livres e soberanas, os direitos sociais do povo trabalhador e a educação pública, inclusiva, laica para todas e todos.

Conjuntura Internacional

A crise do capitalismo e a aplicação, por parte de governos neoliberais e sociais democratas, de planos de ajuste fiscal inspirados no FMI contra os direitos dos/as trabalhadores/as, levou o povo a votar em partidos conservadores (tendo altos índices de abstenção sobretudo em regiões operárias), abrindo espaço para eleição de governos e parlamentares antipovo.

O caso do Brexit – a saída do Reino Unido da União Europeia, a eleição de Donald Trump nos EUA, o avanço da extrema direita na Áustria, Hungria, Ucrânia e ainda o fortalecimento da direita e extrema direita na França e Alemanha são provas que parte significativa da população tem optado por votar nas políticas populistas e fascistas.

Nessa mesma direção apontada pelo capitalismo transnacional, a política externa do governo golpista no Brasil segue fragilizando instituições como o Mercosul, Unasul, Celac e BRICS para voltar a priorizar as relações norte-sul com total subserviência ao imperialismo norte-americano.

O sistema capitalista mundial aprofunda seu lado mais perverso: o capitalismo financeiro. Poucos senhores,

donos do dinheiro no mundo, operam pela internet nas bolsas, nos bancos e paraísos fiscais sem produzir uma agulha e sem gerar um emprego. Burlam as taxas dos Estados nacionais, prejudicando as políticas públicas locais de saúde, educação e segurança pública. "Inovam" as relações sociais humanas com o uso de alta tecnologia, mas excluem milhões do acesso aos bens materiais.

O comando da situação hoje se encontra nas mãos dos donos do dinheiro que com as inovações tecnológicas da informação podem comprar e vender conglomerados empresariais em qualquer lugar do planeta e transferir cifras bilionárias com um simples comando bancário. Tudo isso ocorre sem o controle das sociedades, dos parlamentos e governos nacionais, como num cassino global.

Os dados mostram que 80% da riqueza mundial encontra-se nas mãos de cerca de 750 grupos econômicos, sendo que $\frac{3}{4}$ são comandados pelos bancos. Nunca tão poucos tiveram tanto e tantos tiveram tão pouco. 22 famílias detêm a riqueza equivalente ao que possui a metade dos indivíduos da terra, ou seja, possuem o mesmo que 3,6 bilhões de pessoas (Oxfam).

Este cenário mundial traz consequências diretas para as soberanias dos povos e para os interesses dos trabalhadores/as e dos/as excluídos/as do mundo todo; além dos riscos ao meio ambiente. Lançam em uma corrida por novos locais de extração de valor para recuperar suas taxas de lucro. O objetivo é a apropriação dos territórios que naturalmente sejam mais férteis ou que possuem uma base natural vantajosa, o que permite, com a exploração dos trabalhadores/as, produzir mercadorias com o menor custo possível e assim ter acesso a lucros extraordinários. É o caso das áreas ricas em petróleo, água, solo fértil e minerais. O Brasil e a América Latina são regiões estratégicas e despertam a cobiça do capital internacional.

Os grandes capitalistas agem também sobre o Estado e governos para se apropriarem do orçamento público em benefício próprio e para privatizarem as empresas e serviços públicos, transformando tudo em mercadoria e transferindo toda a riqueza gerada ao capital financeiro e ao controle das transnacionais. Por isso, grupos estrangeiros já estão de olho na previdência pública e na assistência à saúde. E os bancos, de olho na educação pública.

Outra estratégia é ampliar a taxa de exploração sobre os trabalhadores/as com a retirada dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, aumento da jornada de trabalho, redução de salários e terceirização, além do congelamento dos investimentos na educação e saúde. Tudo isso é somado com incremento pesado em "inovações" tecnológicas capazes de produzir mais mercadorias com a utilização da mão-de-obra de menos trabalhadores/as. O objetivo é intensificar a exploração do trabalho, fazer o povo trabalhar mais e ganhar menos.

Diante de todo esse quadro de acirramento da luta de classes, é necessário percebermos que não há vontade do lado de lá e tampouco possibilidade de conciliação de classes. Os grandes capitalistas estão bem articulados em nível internacional. Devemos articular também a luta da classe trabalhadora de forma global e solidariedade internacional entre os povos oprimidos com ações unitárias em defesa da democracia, dos recursos naturais das nações, das conquistas do povo trabalhador, dos direitos humanos e sociais. Fazer a denúncia e continuar o combate diário do sistema capitalista que mata e exclui milhões de pessoas em todo o planeta. A eleição do esquerdista López Obrador para presidente do México é um sinal de que a esperança de um projeto democrático e popular no conjunto da América Latina é possível, para retomar os direitos da classe trabalhadora.

Conjuntura Nacional

A crise do capitalismo, não admite as conquistas alcançadas pela luta dos/as trabalhadores/as organizada pelas suas entidades, e, para destruí-las, foi necessário um golpe no Brasil para atender os interesses do mercado financeiro. Assim, as classes dominantes, os mais afortunados desse país, com o apoio do capital internacional, decidiram usurpar o poder apoiados em: a). Uma classe média de moralismo seletivo; 2). Uma imprensa hegemônica monolítica, a quem coube compor a narrativa do golpe; 3). Uma burocracia de Estado, com protagonismo político, composta por membros do TCU, Ministério Público e Polícia Federal, dando uma "capa de legalidade" ao golpe continuado; 4). Um poder Judiciário que tenta se impor acima da lei; 5). Uma base política nada confiável, conservadora, amplamente corrupta e protegida pelos atores acima descritos.

Hoje fica claro a ingerência americana no aparelho de Estado Brasileiro, utilizando métodos da CIA, para destruir as economias nacionais, desestabilizar Estados de Direito e fazer sumir do cenário nacional, as lideranças comprometidas com os projetos democráticos e populares para retomar o espaço perdido na América Latina (exemplo a Área de Livre Comércio das Américas-ALCA). Por isso, podemos afirmar que a "Operação Lava Jato" é um claro atentado à ordem jurídica, com sua seletividade e sua total falta de provas contra seus réus se valendo de delações premiadas que são depoimentos comprados. Dizem combater a corrupção, mas fazem vista grossa para as malas de dinheiro, os áudios e provas concretas contra Temer, Aécio, Serra, Jucá e tantos outros. Enquanto isso condenam outros sem provas, ferindo a Constituição e a legalidade democrática. É o verdadeiro Estado de exceção.

A área da educação foi a primeira a sentir o peso do golpe com a lei da mordaza e a famigerada reforma do ensino médio. Os avanços obtidos dos últimos anos no campo da educação estão sendo desmontados. O claro interesse das grandes potências internacionais no rearranjo da geopolítica mundial jogou todo o peso para comprometer o Pré-Sal com os seus interesses e secundarizar os possíveis investimentos na educação e saúde. Assim, o impostor Temer garantiu a articulação para acabar com o Fundo Soberano e mudar o regime de partilha do Pré-Sal, retirando a Petrobrás do papel de operadora única da exploração das jazidas que a própria companhia descobriu.

E agora entrega a preço de banana o setor elétrico brasileiro para grupos internacionais, o que ocasionará o aumento na conta de luz para o conjunto do povo brasileiro. Vimos também a greve dos caminhoneiros expor a política suicida de preços de combustíveis e de gás desse governo golpista, que afeta toda a sociedade.

O golpe continuado consolidou a mudança na legislação trabalhista, com a ampliação da terceirização e o fim da CLT. A Emenda Constitucional 95 (também conhecida como PEC dos gastos) congelou os investimentos na saúde e na educação por 20 anos; e a redução dos programas Minha Casa, Minha Vida, e também da agricultura familiar.

O Plano Nacional de Educação (PNE), bandeira histórica da luta dos/as educadores/as, está virando uma peça de ficção. A ideia perseguida de, ao final de 10 anos, desde que passou a vigorar em lei em 2014, se fazer um esforço fiscal de todos os entes da Federação para atingir a meta de 10% do PIB para a educação ficou seriamente ameaçada com esse congelamento de gastos nas áreas sociais. Isso tudo já repercutiu tanto na remuneração dos profissionais da educação quanto nos investimentos em estrutura da educação básica brasileira, o que abre brecha para entrada de organizações privadas na educação.

A perda de direitos também passa pela famigerada "reforma" do ensino médio. De maneira autoritária, altera a estrutura do ensino médio no país, sem debate com os educadores/as, estudantes e a sociedade em geral. Os direitos sociais foram usurpados pela "reforma trabalhista" e pela tentativa da "reforma" da previdência, que por enquanto foi derrotada pela luta social. E o pior, a volta da fome e da pobreza extrema no país, afetando a autoestima do nosso povo.

Todo esse conjunto de maldades está sendo alvo de muita resistência por parte dos movimentos sindicais, sociais e populares, através de 3 greves gerais em 2017 e 2018, de inúmeras manifestações públicas, de ocupações de escolas por parte dos estudantes. Em decorrência disso, assistimos à criminalização dos movimentos sociais e sindicais no país com o projeto de lei "anti-terrorismo" que tramita no Congresso Nacional.

É bom ressaltar que o Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em janeiro de 2017, aprovou a greve geral da educação contra a reforma da previdência e a retirada de direitos e com isso iniciou um forte processo de luta ao longo do ano que impediu a votação dessa famigerada reforma.

O desespero de Temer diante do fracasso da aprovação da reforma da previdência levou à Intervenção Militar no RJ, aumentando a militarização na sociedade gerando mais assassinatos de jovens negros nas periferias e sinalizando que quaisquer que tente denunciar a repressão não passará, como aconteceu com a vereadora Marielle Franco (PSOL) que denunciava os abusos cometidos pela PM RJ e, agora, pelo exército brasileiro. Passados quase 6 meses da intervenção militar no Rio observamos o aumento da violência, sobretudo na periferia da cidade.

Diante de todo esse quadro de retirada de direitos, de desmonte da democracia e do pacto constitucional de 1988, inicia-se o processo eleitoral de 2018. As eleições gerais representam um ponto crucial na disputa de hegemonia na sociedade. Em primeiro lugar devemos exigir eleições livres do poder econômico e com a participa-

ção de todos/as candidatos/as (inclusive a presença do ex-presidente Lula na urna eleitoral), representando os vários projetos em disputa. Em segundo lugar, defender um projeto que revogue todas as maldades do golpista. E em terceiro lugar apoiar os projetos que estejam de acordo com os interesses da classe trabalhadora, nos governos e nos parlamentos.

Devemos denunciar o Estado de exceção no país, a prisão política do ex-presidente Lula e a tentativa de retirá-lo das eleições de 2018. Devemos defender que todas as forças políticas participem do debate público e do processo eleitoral e que coloquem de maneira clara suas propostas e projetos para que o povo possa decidir, de maneira soberana e democrática, os rumos do país. Contribuir para formar comitês populares os locais de moradia, de trabalho e de estudo em defesa da democracia, dos direitos sociais e o direito de Lula ser candidato.

Continuaremos lutando contra a ditadura de toga que influencia, de maneira política, o debate público. Estaremos em vigília permanente na defesa da democracia e dos direitos da classe trabalhadora, orientados pela nossa Central Sindical (CUT) e pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

Conjuntura Local

Rollemborg foi eleito governador em 2014 com forte apoio de muitos trabalhadores/as da educação. Ele apoiou a candidatura de Aécio Neves para presidente no segundo turno contra a presidenta Dilma Rousseff. Depois apoiou o golpe contra ela. Ficou mais de três anos na gestão culpando o ex-governador pela falta de recursos.

Porém, não demorou muito para RR se desgastar com a péssima gestão em todos os setores de governo, em especial na falta de propostas e ações que pudessem enfrentar a crise hídrica, um dos problemas que poderá impactar negativamente o futuro e a sustentabilidade do Distrito Federal. Apesar do racionamento ter terminado no dia 15 de junho/2018, isso não permite afirmar que o problema esteja contornado. Demonstra também irresponsabilidade no trato com as questões relacionadas à segurança pública, bem como na completa ausência de políticas públicas.

Rollemborg aplica o receituário neoliberal de desmonte do serviço público com a entrada das "Organizações Sociais" na educação, com a privatização do Hospital de Base e com o endurecimento nas negociações sindicais. Surge na educação do DF a figura do "educador social", ganhando menos do que um salário mínimo, de maneira precarizada, para substituir a missão do professor concursado.

O serviço público, setor essencial para que as políticas públicas como educação, saúde, segurança, cultura, assistência social, mobilidade urbana e moradia sejam desenvolvidas, tem sofrido constantes ataques. As reformas trabalhista, do ensino médio e previdenciária impactam diretamente a qualidade desses serviços.

A categoria sofreu uma série de ataques, como o calote na última parcela de 3,5% do nosso plano de carreira, o congelamento dos reajustes do auxílio alimentação, além de uma série de cortes orçamentários, ataques via portarias, decretos, ameaças e descontinuidade de políticas educacionais.

As mudanças no Iprev contribuem para a insegurança jurídica do conjunto dos servidores em não saber como será o futuro da sua aposentadoria. Nesse sentido, destaca-se a luta dos/as aposentados/as na defesa das pecúnia (direito adquirido e que vem sendo rasgado pelo atual governador), com atos e ocupações nos órgãos do GDF.

Nossa categoria resistiu, realizando greves em 2015 e 2017. Esta última inclusive como parte de uma Greve Nacional da Educação chamada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação que serviu de estopim para a Greve Geral da Classe Trabalhadora e de uma série de mobilizações que até o presente momento conseguiram barrar a reforma da previdência. O Sinpro foi um dos principais pontos de resistência aos ataques tanto de Rollemborg quanto de Temer, luta esta que devemos fortalecer no próximo período!

O governador passou a utilizar o procedimento da censura para proibir a população de falar seu nome. O GDF aliado aos grandes grupos de mídia conseguiu impedir que emissoras de TV do Distrito Federal veiculassem o vídeo da campanha do Sinpro E agora, Rodrigo?, campanha que faz uma alusão ao poema E agora, José?, de Carlos Drummond de Andrade, onde o poeta ilustra o sentimento de solidão e abandono do indivíduo na cidade grande, à sua falta de esperança e a sensação de que está perdido na vida, sem saber que caminho tomar.

Não nos enganemos, a política de desmonte de Rollemberg conta com apoio da mídia e do judiciário. Política essa que é a mesma do governo Temer de cortes nas conquistas da classe trabalhadora. Não basta apenas retirá-lo do Buriti se for para colocar outro governante neoliberal. Precisamos impulsionar alternativas que recolorem o GDF no rumo do desenvolvimento econômico com valorização dos servidores e das políticas sociais, com distribuição de renda e justiça social!

2 - CRISE HÍDRICA

Nas últimas décadas, cada vez mais o mundo se dá conta de que a água, essencial para a vida, não é um recurso inesgotável. Embora tenhamos nos habituado a pensar na Terra como o “Planeta Água”, a história não é bem assim: 97% da água no globo é salgada, portanto, imprópria para o consumo humano. Mas a situação se agrava mesmo e com o aumento frenético do consumo e a crescente poluição e contaminação de rios, nascentes e lençóis freáticos, o que ameaça a capacidade desse recurso de se renovar.

O Brasil reúne em seu território quase 12% da água doce do planeta, e mesmo assim, a crise hídrica tornou-se preocupação constante. Há alguns meses, o estado mais rico do país, São Paulo, viu-se impotente diante do esgotamento de seus reservatórios. Mais recentemente, aqui no DF, vivenciamos um racionamento sem precedentes. Muito se falou na seca como causa desse problema, como se fosse tudo um grande capricho da natureza. Mas a realidade é que a má gestão e a negligência por parte dos governos e a apropriação e poluição promovida pelas empresas privadas – muitas vezes com a própria anuência governamental – são decisivas na falta de água.

As campanhas “de conscientização” procuram responsabilizar a população pelo consumo excessivo e, portanto, jogam sobre ela a tarefa de economizar água. Obviamente, é preciso que todos e todas façam uso consciente dos recursos hídricos. Mas o uso doméstico é uma porcentagem irrisória diante do desperdício, da poluição e da privatização promovida pelas grandes empresas; e da gestão desastrosa dos governos sobre o meio-ambiente.

No sistema capitalista, não existe preservação do meio-ambiente. A natureza torna-se ela mesma uma mercadoria, e em nome do lucro, ela é privatizada e destruída sem piedade. Nesse contexto, largas parcelas da população ficam excluídas do acesso à água, e a sede é uma realidade mundial.

Essa realidade de privatização, exclusão e exploração recai de forma mais dura sobre as mulheres, que são responsabilizadas majoritariamente pela higiene da família e pela manutenção da casa. Na maior parte das comunidades, são elas que se expõem aos mais diversos riscos para ir coletar água em fontes, muitas vezes, distantes de seu local de moradia.

Enquanto isso, o maior crime ambiental da história do Brasil continua sem resolução. A ruptura da barragem de rejeitos Fundão (2015), em Mariana/MG, foi um desastre que devastou a região de forma irreversível, comprometeu a água e a vida no Rio Doce, inundou de lama centenas de casas, contaminou o mar e matou 18 pessoas. Sob responsabilidade da Samarco, da qual é acionista a privatizada Vale S.A., a tragédia teve impacto decisivo sobre a economia numa ampla região ao redor.

Em março/2018, aconteceu em Brasília o Fórum Alternativo Mundial das Águas – FAMA. Foi um espaço importantíssimo de aglutinação dos movimentos sociais em defesa do meio-ambiente e da água como bem público, direito dos povos. O FAMA contrapôs-se ao fórum oficial, promovido por governos e empresas, aqueles mesmos grandes responsáveis pela crise hídrica, e cuja resposta para ela é mais privatização e mais exclusão.

Dos principais debates realizados no FAMA, está a necessidade de retomada de metodologias participativas para efetuar a gestão da água, valorizando o saber das comunidades quanto a esse bem que muitas delas preservam desde sempre.

É muito importante levantar as bandeiras das quais movimentos sociais e organizações populares foram signatários através da carta do FAMA. Os Estados devem garantir o acesso universal à água, compreendendo-a como um direito humano, fundamental para a vida, jamais uma mercadoria a ser comercializada. Assim sendo, não podemos admitir que o mercado se aproprie dela e defina as modalidades de acesso.

3 - EDUCAÇÃO, PRIMEIRO DIREITO ATACADO PELO GOLPE

O primeiro ataque foi a intitulada “reforma” do Ensino Médio. Em seguida, o desmanche do Conselho Nacional de Educação e do Fórum Nacional de Educação. E, depois, a desconstrução da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os golpistas atacam a educação e a liberdade de cátedra construindo leis de mordças como a famigerada proposta de “escola sem partido” que está tramitando no Congresso Nacional (não votou ainda na Comissão Especial, devido à resistência do movimento educacional). Querem impor uma escola de partido único, como a volta de Educação Moral e Cívica. Aliás, querem fazer como na mídia, partido único na Globo que só mostra uma concepção autoritária e monolítica, sem o direito ao contraditório.

A contrarreforma do ensino médio sancionada no dia 16 de fevereiro de 2017 pelo golpista Temer é um ataque contra a luta dos professores, funcionários e estudantes por uma educação pública, gratuita, de qualidade e para todos.

48. A Medida Provisória 746, atualmente a Lei 13.415/2017, diante da aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular - BNCC, poderá ser implementada conforme for decidido nos sistemas estaduais de ensino e no Ministério da Educação.

As mudanças aprovadas são essencialmente de caráter fiscal, em consonância com a Emenda Constitucional 95, para reduzir os gastos e abrir os caminhos para a privatização. Com este objetivo foi criado dois novos segmentos profissionais no rol do art. 61 da Lei de Diretrizes de Base - LDB que trata dos profissionais da educação. Os bacharéis com “notório saber” poderão atuar na educação técnica-profissional, enquanto os profissionais que apresentarem complementação pedagógica poderão ministrar as aulas das demais etapas e modalidades. É um ataque à profissionalização do magistério para reduzir os gastos com os salários.

As mudanças exigem orçamento, especialmente tornar o ensino integral para cumprir a nova carga horária anual de 1000 horas. A União se comprometeria a ajudar financeiramente conforme previsto no §2º do art. 6º da Medida Provisória para implementação das mudanças por até quatro anos, mas não tem nenhuma garantia legal de que ocorra em razão do congelamento de gastos públicos que o próprio governo golpista promoveu. Sem dinheiro, as escolas ficarão arremessadas no caos.

A Língua Espanhola, Sociologia e Filosofia não são mais disciplinas obrigatórias. O resto das disciplinas serão agrupadas em itinerários os quais serão escolhidos pelos alunos conforme a área de interesse. Por outro lado, as escolas não serão obrigadas a ofertar todos os itinerários, portanto, caso um aluno queira cursar um itinerário que não seja ofertado na escola em que está matriculado ele precisará pedir transferência.

A flexibilização dos conteúdos, na verdade, desqualifica a formação dos brasileiros que, na sua ampla maioria (85%), dependem do ensino público para acessar o conhecimento e a cultura produzida pela humanidade. Significa dizer que os alunos das escolas públicas não vão ter acesso ao conjunto do conhecimento acumulado pela humanidade, no nível que o ensino médio deveria garantir.

Além disso, a lei permite que os sistemas públicos firmem parcerias, inclusive na modalidade a distância, com a iniciativa privada para a oferta da parte diversificada do currículo, em especial na modalidade de educação técnica-profissional. E diante dessa perspectiva, o Estado reduz sua obrigatoriedade de oferta escolar ao conteúdo da Base Nacional Comum Curricular, podendo delegar aos empresários o restante da formação, também por meio de repasses de verbas públicas para as escolas privadas, subordinando novamente a educação brasileira aos ditames das agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

É necessário organizar a luta nos estados contra a implementação da contrarreforma a fim de impedir a flexibilização do magistério, a redução dos conteúdos, o aumento da precarização da estrutura e a própria tentativa de privatização das escolas.

55. Neste contexto, de profunda onda de privatização, de transformação de direitos sociais em mercadoria, que o governo ilegítimo aprovou, no fim de 2017, a nova BNCC. De características profundamente conservadoras, a proposta representa risco à liberdade de cátedra e à autonomia dos(as) professores(as), e, principalmente, significa o fim da gestão democrática. A BNCC que, a rigor, deveria ser fruto de uma discussão coletiva, envolvendo todos os seto-

res diretamente ligados à educação e à sociedade organizada está sendo, autoritariamente, des-
construída e redirecionada para um caminho inverso. Setores ligados ao ensino privado e mo-
vimentos religiosos fundamentalistas têm assumido com protagonismo esse enfrentamento,
excluindo o debate a respeito de uma escola inclusiva, antirracista, laica, democrática e socialmente referenciada.
Isso explica o esvaziamento do Fórum Nacional de Educação – uma instituição histórica na luta pela educação de
qualidade e socialmente referenciada, por meio da qual a sociedade buscava construir mediações com governos e
conferir uma política educacional desenvolvida em cada município a partir da escuta (conferências) da população.
A atual versão da BNCC, apresentada pelo Ministério da Educação, há um retrocesso sem precedentes, que exclui
menções ao combate à discriminação de gênero, dentre várias outras subtrações de princípios norteadores de
uma sociedade livre, democrática e comprometida com o respeito a seu povo. Um exemplo desse retrocesso é
que, de acordo com a nova BNCC, temas, como “gênero e sexualidade”, passarão a ser discutidos numa perspec-
tiva religiosa, desconsiderando o caráter sociológico, cultural, científico e histórico.

No entendimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o texto cau-
sa grandes prejuízos à educação infantil e ao ensino fundamental; contraria tudo o que a entida-
de, juntamente com a categoria docente, vem lutando há décadas para construir no país. O novo tex-
to da BNCC atropela o ideal de fortalecimento de uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva,
democrática e socialmente referenciada, bem como o princípio de uma educação transformadora e cidadã.

Sobre o financiamento da educação

O financiamento da educação como política de estado é uma luta que acompanha a história do nosso país que
teve por séculos a ausência de dispositivos legais que regulamentassem quanto seria destinado para o ensino
público por parte dos entes federados.

A lei 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu 20 metas que deveriam ser atingi-
das até 2024. Dentre elas, talvez a mais importante porque permite o cumprimento das demais, é a meta 20 que
pretendia elevar o investimento em 10% do Produto Interno Bruto.

O primeiro obstáculo para o cumprimento da meta foi a lei 13.365/2016 que retirou a exclusividade da Petrobrás
para atuar com participação mínima de 30% na exploração do Pré-Sal de onde viria os recursos para aplicação
dos 10%.

Para tornar natimorto o PNE, os golpistas no Congresso Nacional aprovaram a Emenda Constitucional 95 que im-
pede aumentar o investimento na educação mais do que correção inflacionária do montante investido em 2016.
Essa medida emerge da necessidade da manutenção, e até mesmo, aumento da fatia do PIB para o pagamento
dos juros da dívida, o superávit primário, para salvar os bolsos dos banqueiros ao mesmo tempo que
prepara o caminho que leve à desobrigação do estado com os serviços públicos em geral.

Na prática não será possível aumentar a oferta de vagas porque não terá dinheiro para investir na construção de
novas escolas e tão pouco implementar o Custo Aluno Qualidade Inicial – CAQI e Custo Aluno Qualidade - CAQ que
compõe as metas 17 e 18 do PNE que tratam da valorização salarial do magistério e das carreiras dos profissionais
da educação.

Além disso, 8 metas tem os prazos intermediários vencidos. Em relação à educação básica apenas 6 dos 30
dispositivos foram cumpridos. A universalização da educação básica prevista para 2016 também não aconteceu.

O Plano Distrital de Educação (PDE) aprovado em 2015, com validade de 10 anos, sob ataques do governador
Rollemberg tem a execução comprometida com uma redução de 816 milhões do gasto total em educação entre
2015 a 2016 se afastando cada vez mais da possibilidade de aumentar de 25% a 30% de investimento na educa-
ção distrital.

A meta 17 para equiparação do vencimento básico dos profissionais do magistério da rede pública de educação
básica a média salarial das demais carreiras de servidores públicos do DF até 2021 também é impactada pela
política de contingenciamento de orçamento.

As conquistas do Pré-Sal para educação e o investimento de 10% do PIB estão severamente ameaçadas com o

golpe aplicado em 2016. É necessário revogar a Emenda Constitucional 95 para retomar o aumento do investimento alcançando a meta aprovada PNE tornando possível o cumprimento das demais metas do plano.

E a Gestão Democrática?

A Gestão Democrática como um princípio consignado na Constituição Federal/88 no art. 206, inciso VI, surge como resultado da compreensão de que há necessidade de democratização do espaço escolar, para que se conquiste a educação de qualidade. A inserção desse artigo na constituição é resultado de uma luta permanente que se arrasta aos dias de hoje. O que é uma educação de qualidade? O primeiro elemento, é o acesso universal para todos, garantido como um direito. Além do acesso, que seja garantida a permanência efetiva no ambiente escolar. A Gestão Democrática foi pensada como uma política estratégica de inclusão social através da educação. Uma escola tem mais chances de ser de melhor qualidade se aqueles sujeitos que estão inseridos (alunos, professores, funcionários e pais) participem do projeto de gestão nas suas várias dimensões, tanto na gestão financeira como acadêmica. Que esses agentes possam participar de todos os processos de construção da gestão com uma interlocução direta com a comunidade, assegurando efetivamente a sua participação.

A Gestão Democrática no ambiente escolar, dialoga de maneira geral com a democracia no conjunto da sociedade. Não há o que se pensar em uma sociedade democrática sem se pensar num ambiente escolar democrático. Prova disso, que esse debate toma maior fôlego na segunda metade dos anos 80, justamente quando a sociedade luta por mais democracia. Por meio da democratização da educação, é possível construir um caminho novo rompendo velhos paradigmas e se orientando pela solidariedade humana, justiça social e com métodos que possam romper com as estruturas elitistas e excludentes que historicamente fundamentaram a educação no nosso país. A Gestão Democrática vai além da eleição do diretor/a, exigindo assim mais estruturas de debates democráticos, surgindo assim o espaço do Conselho Escolar como um instrumento que assegure efetivamente a voz da comunidade na construção de uma nova escola. Um conselho renovado e mais horizontal.

Outro elemento importante para a compreensão mais ampla da Gestão Democrática é o Projeto Político Pedagógico, como resultado de uma construção coletiva.

Historicamente sempre houve uma dicotomia entre planejamento e execução da educação. É preciso acabar de vez com essa prática onde aqueles que pensam a escola, estão dissociados da sua realidade. Muitas vezes esse pensar acontece em gabinetes, distantes do ambiente escolar. A Gestão Democrática vem na compreensão que planejamento e execução precisam ser bem articulados, ou seja, aqueles que irão executar também participem da elaboração e formulação. Não se separa planejamento de execução.

A experiência aqui no Distrito Federal ao longo dos anos se dá de várias maneiras. Quanto mais democrático é o governo, mais rico e participativo é o debate no ambiente escolar. Quanto menos democrático o governo, menor é a participação e o debate.

Mesmo nos momentos de menor democracia, o Sinpro travou diversas lutas na defesa e aplicação da Gestão Democrática, conquistando e ampliando os espaços de debates.

O desafio de construir uma escola pública de qualidade é responsabilidade de todos/as que sonham com um mundo melhor. É uma luta diária que exige dos agentes diretamente envolvidos uma compreensão clara do momento político que estamos atravessando e a necessidade de acumular forças para derrotar todas as propostas que estão na contramão de uma escola verdadeiramente pública, gratuita, laica, inclusiva e socialmente justa.

Em tempos de democracia golpeada, precisamos fortalecer nossa unidade. Diante dessa nova realidade, o momento exige um contra-ataque efetivo, que enfrente e desconstrua o projeto arcaico e escravagista em curso, perverso, que rouba de milhões de crianças e adolescentes o direito de ter uma escola verdadeiramente democrática, transformadora e socialmente justa.

4 - DIREITOS HUMANOS, A “LEI DA MORDAÇA” E O AVANÇO DO FASCISMO

Os direitos humanos estão sendo atacados fortemente no Brasil pelos grupos fascistas e conservadores localizados em instituições de estado (sobretudo policiais), igrejas neopentecostais e milícias armadas.

A opressão das mulheres não reside no campo simbólico, mas sim, tem profunda base material e é estruturante das relações sociais, econômicas e culturais no atual estágio do capitalismo. A autonomia das mulheres sobre seus corpos, suas vidas e suas escolhas é usurpada; o trabalho feminino é desvalorizado em relação ao trabalho dos homens (o que facilmente se verifica no mercado de trabalho); além de as mulheres arcarem com uma dupla jornada de trabalho que se apropria da energia que elas despendem gratuitamente na manutenção da família.

Os governos Lula e Dilma, por limites que encontrassem - fossem orçamentários, fossem da ordem do enfrentamento com setores conservadores, desenvolveram políticas para as mulheres que respondiam a demandas históricas do feminismo no Brasil. Com o golpe de 2016, essas políticas foram paulatinamente desmontadas. Além disso, as iniciativas fundamentais do governo golpista impactam de forma mais aguda a vida das mulheres, em especial, das mulheres negras: reformas trabalhista e previdenciária, congelamento de investimentos em educação e saúde, entre outras.

Somando-se a isso o caráter nitidamente machista da destituição de Dilma, podemos afirmar que a luta por igualdade e em defesa da autonomia das mulheres, hoje, passa necessariamente pelo enfrentamento do golpe, que se aprofunda dia após dia.

A expressão “ideologia de gênero” apareceu, no Brasil, durante as discussões dos Planos Estaduais, Municipais, Distrital e Nacional de Educação. Numa cartilha apócrifa, sem identificação de autoria, distribuída em 2015, estava sistematizado um conteúdo sobre ideologia de gênero, que deturpava os conceitos de sexo e de gênero preconizados pelos estudos de gênero.

O conteúdo da cartilha amedrontava e buscava convencer as pessoas a se posicionarem contra qualquer referência a gênero que aparecesse nos planos de educação, nas escolas, nas leis e na sociedade. No Brasil, apesar das indicações da ONU, setores conservadores das igrejas judaico-cristãs, por intermédio de seus parlamentares, modificaram o Plano Nacional de Educação (PNE) e intensificaram o discurso de ódio contra a população LGBTI e os movimentos feministas na sociedade, nas escolas públicas e em campanhas publicitárias nas redes sociais, fortalecendo o discurso de ódio e pavimentando o terreno para o fascismo.

Jimena Furlani, doutora em Educação e professora da Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc), deparou-se com uma das cartilhas e decidiu confrontar o conteúdo delas com os estudos de gênero. Descobriu que a expressão “ideologia de gênero” foi criada para combater os estudos de gênero, cujos preceitos, na época, haviam sido adotados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela União Europeia (UE) para, dentre outros objetivos, assegurar novos direitos humanos no mundo e fortalecer os existentes.

Quem criou a expressão “ideologia de gênero” se diz contra essa ideologia e contra todas as mudanças positivas que ocorreram no mundo em virtude do conceito de gênero. Daí a decisão de intervir para esclarecer a diferença entre ideologia e estudos de gênero e suas vinculações com o fascismo. Nós denominamos o chamado “Escola Sem Partido” (ESP) de Lei da mordaza pois seu objetivo é na realidade criar uma escola do partido e pensamento único conservador, fundamentalista e neoliberal. É necessário afirmar que não existe na sociologia esse “conceito” de “ideologia de gênero”.

Em 2015, quando o Plano Distrital de Educação (PDE) tramitou na CLDF, parlamentares ligados ao ESP e setores fundamentalistas alegaram haver “ideologia de gênero” no documento e retiraram todas as referências a gênero do original. Esse procedimento se sucedeu em Casas Legislativas de várias unidades da Federação.

Em todo o país, Projetos de Lei da Mordaza foram apresentados por parlamentares com o intuito de formar um arsenal de legislações infraconstitucionais repressor, ligado ao ESP, ao fascismo e contra a concepção de gênero para combater, num primeiro momento, as mudanças nos planos de educação. Posteriormente, o objetivo era estender censuras e perseguições ao magistério público e a outras relações sociais, políticas, religiosas.

A filósofa Marilena Chauí, professora da Universidade de São Paulo (USP), tem denunciado que essa concepção autoritária de visão de mundo atua diariamente, numa “operação cotidiana, minuciosa, feita no campo ideoló-

gico de convencimento da teologia da prosperidade, da ideologia do empreendedorismo e, em particular, da concepção neoliberal do individualismo como competição bem-sucedida". Ela afirma que a sociedade brasileira está flertando justamente com essa visão de mundo e "está prontinha, acabadinha para o universo fascista". Assim, a Lei da mordaza é a materialização desse universo fascista nas relações interpessoais e profissionais que ocorrem nas escolas públicas do Distrito Federal e do país. A Lei da mordaza, enquanto uma das expressões do fascismo, busca controlar o exercício do magistério, reprimindo a construção de uma escola laica e plural que respeite a diversidade de ideias e buscar romper com a democracia e com os direitos fundamentais dos seres humanos.

Os grupos que defendem esse modelo de educação se organizaram e se estruturaram de forma muito planejada e hoje se manifesta, principalmente, nos Poderes Legislativos, tanto na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) como no Congresso Nacional, por meio dos parlamentares das denominadas bancadas evangélicas e católicas neopentecostais e ultraconservadores, que buscam e reforçam a ideia de que tudo o que divergir, que for diferente, que não estiver de acordo com a heteronormatividade está errado. Não respeita a diversidade, a essência humana como ela se manifesta em cada uma de nós.

A Lei da mordaza se manifesta, propositadamente, para impor um modelo de educação que descarta e desvaloriza a formação crítica dos educandos e das educandas, reforçando o machismo, o racismo, a homofobia e toda a sua carga de preconceitos. Além de tentar aprovar regras para o exercício do magistério que impedem os professores e as professoras de fazerem essa discussão de forma mais clara, objetiva e dentro do espaço educacional.

Afeta as pessoas LGBTs de forma diversa e perversa. Primeiro, porque reforça a cultura heteronormativa como a correta e a normal. Segundo, porque tenta impedir políticas de combate à lesbofobia e à transfobia. Terceiro, porque culpabiliza as vítimas da discriminação e dos crimes dos quais os(as) LGBTIs são vítimas. O quarto elemento que podemos apontar é que tenta retirar da educação a capacidade do diálogo para construção de uma sociedade com mais equidade social. O quinto ponto é que nega o direito dos seres humanos de serem e de viverem suas orientações e identidades.

O fato é que a Lei da mordaza impacta de forma negativa na vida das mulheres, sobretudo nas LGBTs, porque nega a elas o direito de viverem plenamente suas orientações e identidades. Importante observar que nunca na história do Brasil o fascismo havia se manifestado como agora, com tanta desfaçatez dentro das instituições públicas de ensino e também em outros ambientes, como na perseguição, discriminação e criminalização de religiões de matriz africana.

A intolerância e a perseguição são alguns dos elementos introduzidos nas escolas públicas em todo o país que poderão resultar em uma explosão perversa da violência social. No Estado de Goiás, o governo do PSDB instaurou a militarização de várias escolas da rede pública de ensino. No Distrito Federal, o número de denúncias de monitoramento de professores(as), também na rede pública de ensino, por vários motivos, sobretudo por causa da ideologia de gênero e por pessoas adeptas da Lei da mordaza tem aumentado ostensivamente.

Desde que a deputada distrital Sandra Faraj (SD) apresentou o Projeto de Lei da Mordaza, na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), em 2015, docentes têm acionado o Sinpro-DF para se defender da perseguição ao direito à liberdade de cátedra e até mesmo para proteger sua integridade moral e física.

As denúncias sempre dão conta de que estudantes e professores(as) filmam aulas e atividades pedagógicas para delatar, a autoridades públicas, professores(as) que buscam construir um pensamento crítico e assegurar uma formação cidadã a seus(as) educandos(as), conforme preconiza a legislação que rege a educação pública no Brasil. Os perseguidores alegam que tais docentes pregam a doutrinação ideológica.

Para entender os motivos das perseguições é preciso, antes de tudo, conhecer a diferença entre estudos de gênero e ideologia de gênero e que, esta última, está ligada ao ESP e é uma expressão do fascismo e a outros movimentos fundamentalistas ligados ao neoliberalismo econômico. Diferentemente da "ideologia de gênero", os estudos de gênero constituem um campo de pesquisa multidisciplinar e interdisciplinar das ciências humanas que têm modificado relações e criado novos paradigmas e outros direitos humanos.

Os estudos de gênero não buscam a destruição da família. E, sim, a reformulação do conceito de família natural (pai, mãe, filhos naturais biológicos) da posição social de modelo único, normal, hegemônico e heteronormativo.

Consideram a existência de múltiplas famílias: as adotivas, as homoafetivas, as monoparentais, as interracialis, a substituta, a de passagem, as intergeracionais.

Uma parte dos pensadores da tradição judaico-cristã considera uma ameaça a categoria gênero permitir e ampliar o conceito de identidade humana, uma vez que estabelece uma distinção entre sexo e gênero. Nesse sentido, a categoria gênero é usada para explicar a diversidade sexual e, conseqüentemente, os motivos que levam sujeitos a reivindicarem a chamada identidade de gênero.

É preciso, no entanto, entender que isso não é novo. Vem do tempo do Descobrimento. A base cultural, social e histórica brasileira está enraizada no escravagismo, no capitalismo extrativista, no colonialismo, no machismo e no patriarcado. Daí porque o fascismo está impregnado nas decisões e no presente cotidiano das instituições brasileiras, como, por exemplo, no Poder Judiciário.

O que ocorre com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos tribunais é a materialização disso. O golpe de Estado aplicado em 2016 se aprofunda, a partir do segundo bimestre de 2018, com a prisão, sem provas, de Lula da Silva. Como indica a análise do sociólogo português, Boaventura Sousa Santos, a mídia hegemônica brasileira, os políticos que integram o golpe e o Poder Judiciário puseram em curso, no país, uma campanha anti-petismo que lembra a campanha anti-semitismo dos tempos do nazismo em que a prova para condenar consiste na evidente desnecessidade de provar.

Totalitarismo e seletividade da ação judicial contra Lula compromete o princípio da independência dos Poderes da República. E esse princípio constitui um dos pilares básicos do constitucionalismo moderno como garantia do direito dos cidadãos a uma justiça livre de pressões e de interferências. Num Estado de direito democrático, os tribunais têm de ser espaços de aprofundamento de direitos, mas o que se assiste no Brasil é justamente o contrário. Por isso, espelha-se no nazifascismo porque é seletivo e condena pobres, negros, mulheres, homossexuais e religiões de matrizes africanas. Enquanto isso libera homens brancos, ricos e machistas (os que governam hoje o país).

Além de se deixar interferir pelas comprovadas ações do Departamento de Justiça e do FBI dos Estados Unidos da América (EUA), o Supremo Tribunal Federal, numa ação jurídico-fascista, restringiu direitos e liberdades constitucionais ao determinar que, mesmo não tendo o processo transitado em jugado, Lula da Silva poderia começar a cumprir pena. Qual legitimidade social e política do poder judicial para restringir direitos e liberdades fundamentais constitucionalmente consagrados?

O fascismo se expressa em toda a trajetória de ações do juiz Sérgio Moro na condução da Operação Lava Jato em relação ao ex-presidente Lula. O ápice dessa expressão fascista foi a célere, eficaz e implacável ação e a decretação da prisão de Lula logo após ser notificado do indeferimento do habeas corpus, do qual ainda era possível recorrer. O processo contra Lula, desde a denúncia à execução da pena, decorreu em menos de 2 anos. Já o de Michel Temer e outros políticos com comprovadas participações em crimes contra o Estado transcorre no Poder Judiciário de forma lenta. Esse é o estado fascista e de excessão.

Ações fascistas e a impunidade se espriam pelo país com a pretensão de amordaçar e amedrontar a todos que se levantam contra tanta barbárie. Uma delas é o extermínio de lideranças comunitárias ligadas à classe trabalhadora. Dentre os crimes de assassinato que eliminou pelo menos seis dirigentes do movimento popular entre janeiro e abril deste ano, destaque para a execução, com requinte de crueldade, da vereadora carioca Marielle Franco (PSOL), no dia 14 de março deste ano, com cinco tiros na cabeça. O crime sinaliza a consolidação da onda fascista que cresce cotidianamente no Brasil à revelia dos limites impostos pela Constituição Federal em vigor.

O fascismo se revela, muitas vezes, como parte dos instrumentos repressores que dão suporte e continuidade ao golpe de Estado aplicado em 2016. A vereadora foi executada brutalmente após denunciar os desmandos da intervenção federal e da militarização no Rio de Janeiro.

Feminista, lésbica, negra, favelada e de esquerda a vereadora denunciava os crimes cometidos pela intervenção federal e de setores da Polícia Militar nas favelas do Rio de Janeiro. A desculpa de combate ao crime e ao tráfico coloca essa unidade da Federação a ser a primeira, no país, sob a mira da militarização. Os mandados coletivos de busca e apreensão caracterizam o estabelecimento do Estado de exceção.

As Forças Armadas estiveram presentes no Rio de maneira intermitente em boa parte do ano de 2017 com o re-

curso da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e não promoveu nenhum resultado. Trata-se de uma ação coordenada, ligada a um movimento que ocorre no mundo inteiro e que tem no México sua maior expressão. No México, as Forças Armadas estão nas ruas há mais de dez anos e o país está enredado numa escalada de violência sem fim, com agressões cada vez mais graves aos direitos humanos.

Um estudo alemão, da Fundação Bertelsmann, vê o Brasil em grave crise democrática. No estudo, pesquisadores da fundação classificam como preocupante a atuação do Poder Judiciário, o desencanto com o sistema político e o aumento de "atitudes antidemocráticas" entre a população. A crise política brasileira, a polarização da sociedade, o esgotamento do atual modelo partidário, o impeachment de Dilma Rousseff e a crescente desconfiança da população brasileira com o sistema democrático contribuíram para a queda do Brasil no Índice de Transformação Bertelsmann (BTI), que avalia a consolidação da democracia e da economia de mercado em países em desenvolvimento.

Do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e do golpe de Estado aplicado em 2016 até o momento, todas as ações do governo revelam a instalação do Estado de exceção no Brasil. É cada vez mais presente a criminalização da pobreza e a intolerância contra quem quer que se manifeste em favor de direitos sociais, trabalhistas e até humanos.

No dia 20 de março deste ano de 2018, o Ministério Público (MP) de São Paulo abriu um inquérito para investigar as ameaças de morte que o padre Júlio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo e defensor de direitos humanos. Ele denunciou que tem sido vítima de ameaças de morte postadas em redes sociais, principalmente, de moradores e comerciantes da região da Mooca, na Zona Leste da capital, local em que tem uma forte atuação.

Assim, toda a conjuntura está conectada com o tema do ESP. Os fatos cotidianos mostram, portanto, que a ação do ESP e sua materialização são recorrentes nas escolas da rede pública de ensino e não necessariamente adota o termo fascismo para se manifestar. Muitas vezes, aparece por meio de suas nuances, tentando trazer isso à tona, em debates, reuniões pedagógicas etc. As interfaces da educação escolar com o fascismo, da mesma forma que o machismo e o racismo, são naturalizadas no seio da sociedade de forma não perceptível com características da educação escolar como perpetuadora do fascismo.

Um expoente institucional da expressão fascista é o ex-deputado federal Eduardo Cunha, do PMDB do Rio de Janeiro. Ele é autor de vários projetos completamente violadores, criminalizadores da autonomia e da liberdade das mulheres. Ele escondeu atrás da fachada de moralista, de ordenador da família, de defensor da tal da moral, toda a sua falcatura e a sua capacidade de articular a corrupção em larga escala neste país. Serviu aos grupos que bancaram ele até o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e, depois que ele promoveu e coordenou o impeachment, foi descartado.

O ex-deputado Eduardo Cunha é um exemplo de autoridade legislativa corrupta que escreveu projetos de defesa da moral, dos bons costumes, da criminalização das mulheres que fazem aborto, da defesa do princípio da vida do feto em detrimento da vida das mulheres adultas, mães, trabalhadoras. E, como ele, há mais de 80 deputados só na Câmara Federal que usam essa fachada da moral e da tradição para, por trás, fazerem grandes negociatas com as riquezas e o patrimônio público do Brasil e agir em defesa dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais.

O fascismo tropical, como alguns intelectuais brasileiros vêm anunciando, tem isso em comum com o Escola sem Partido, a ideologia de gênero e o fascismo: uma aliança em defesa dessa moral, de uma história, e da negação completa de uma visão crítica da sociedade brasileira de como é que essa sociedade, de como se fundou, como é que se dá a divisão de classes, por que as mulheres são as que mais sofrem violência, por que o feminicídio é assustador, por que uma menina negra tem duas chances a mais de ser assassinada do que uma menina branca.

Daí a importância de se entender, observar e estudar esse processo a fim de conhecer melhor as manipulações de grupos políticos envolvidos em todos os setores da sociedade, como nas escolas, nas igrejas, nos partidos de direita e de extrema direita, e nas instituições que defendem o pensamento único e uma sociedade repleta de preconceitos e criminalizações. As lideranças sindicais acreditam que é tarefa de todos e todas, e, sobretudo, da educação pública trabalhar na contramão desse pensamento fundamentalista para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

5 - DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

Há muitas décadas, movimentos sociais e organizações populares vêm denunciando a concentração da grande mídia nas mãos de apenas seis famílias/grupos econômicos. Jornais de grande circulação, rádios, TVs, portais de internet defendem os mesmos interesses: os da preconceituosa e colonialista elite brasileira. Decidem o que é e o que não é notícia, o que enfatizar, definem quem está autorizado a falar sobre cada tema, e, assim, criam uma opinião pública à sua imagem e semelhança. Ou seja, opinião publicada.

Entretanto, hoje em dia, promover somente a leitura crítica do que esses veículos propagam serve pouco para combater o oligopólio. O Brasil tem uma das legislações mais atrasadas do mundo para a comunicação de massa: a plena desregulamentação faz com que exista a liberdade de empresa, mas não a liberdade de imprensa. Afinal, somente teríamos imprensa livre se houvesse diversidade na produção e circulação de informações. No entanto, na realidade, aqueles poucos donos da mídia atuam como bem entendem; vendem seu serviço como se fosse "isento" enquanto manipulam agendas e "notícias"; e não admitem qualquer tentativa de regulamentação ou de contraponto. Isso significa que a "liberdade" de expressão é propriedade exclusiva de muito poucos em nosso país.

Na maior parte das democracias europeias, como França, Reino Unido e Alemanha, há regulamentação séria para a atuação dos veículos de comunicação de massa. Nossos vizinhos latino-americanos também tomaram iniciativas nessa direção, como vimos na Argentina há poucos anos. Até nos EUA se estabelecem limites para a concentração da mídia. Enquanto isso, no Brasil, as concessionárias se apropriam do papel de transmissoras de informação para combater qualquer iniciativa análoga que surja por aqui, a fim apenas de defender seu interesse privado de atuar sem prestar contas e em conformidade com as demandas do capital internacional, do latifúndio e da mesma elite subserviente de sempre.

O critério regional é absolutamente negligenciado na forma como os veículos de comunicação de massa se distribuem no Brasil. Segundo estudo do grupo Intervezes (2017), 80% dos grupos que controlam a comunicação no país concentram-se nas regiões sul e sudeste. Mais do que isso: três de cada quatro desses grupos estão na cidade de São Paulo. Como falar em democracia num cenário como esse?

Hoje, no Brasil, a propriedade cruzada dos meios de comunicação é permitida. Isso significa que um mesmo grupo pode ser detentor de concessões de rádio, TV, jornais. Assim, somente se acentua a concentração dos veículos em poucas mãos, e a diversidade fica, mais uma vez, sufocada e amordaçada em nome da manutenção de interesses políticos e econômicos que datam das capitânicas hereditárias.

Incentivo à produção local, valorização da cultura e dos artistas regionais, combate a discriminações e desigualdades históricas, socialização de informação e conhecimento, são aspectos necessários da construção de uma comunicação e de uma sociedade democrática. Por um lado, a fiscalização do cumprimento desses princípios deveria caber ao povo, por meio de mecanismos de controle social. Por outro, o fomento de uma empresa pública de comunicação seria uma boa estratégia para se alcançarem esses objetivos. Infelizmente, a EBC – Empresa Brasil de Comunicação – tem sido sumariamente sucateada e sua autonomia sofre ataques diuturnos desde o golpe de Estado desferido contra o país a partir de 2016.

Atualmente, um debate importante na área de comunicação se refere à internet. O marco civil foi aprovado em 2014, visando a proteger a privacidade dos usuários; a liberdade de expressão, bem como combate à difamação e à exposição forçada; ampliação da produção de conteúdos por parte de novos agentes. Igualmente importante é a garantia da neutralidade de rede, princípio segundo o qual provedores de internet não podem discriminar conteúdos que trafegam em suas conexões.

No entanto, precisamos reconhecer que mesmo a internet tem se tornado cada vez mais um espaço dominado pelas grandes corporações multinacionais estrangeiras como Google e Facebook. Eles controlam o que vemos e como vemos. Isso somado ao fenômeno das fake news alimentadas por setores inescrupulosos tem minado cada dia mais a nossa democracia.

Por outro lado, os veículos alternativos criados pelos sindicatos, movimentos sociais e partidos de esquerda tem tido uma série de problemas: baixo financiamento, pulverização e mesmo formatos estéticos antiquados. Não temos conseguido até agora criar uma mídia alternativa e popular de massas, que dê conta do diálogo politizado com a maioria do povo.

É preciso articular as diversas frentes necessárias pela democratização da comunicação: regulamentação legal, cumprimento das leis vigentes e criar novos, melhores e unificados meios de comunicação popular.

Igualmente desejável é a criação e fortalecimento de veículos de comunicação vinculados a organizações da classe trabalhadora, capazes de dialogar diretamente com o povo sem se restringir meramente às questões corporativas. É muito importante que os trabalhadores e trabalhadoras produzam conteúdo para interferir na construção de opiniões e narrativas.

Atualmente, um debate importante na área de comunicação se refere à internet. Apesar das expectativas em relação ao potencial de pluralidade, sabemos que os maiores portais e produtores de conteúdo permanecem ligados aos mesmos grupos a que nos referimos anteriormente. Além disso, grandes corporações internacionais atuam de forma desregulada, controlando conteúdos e comercializando a privacidade dos usuários.

Para que não se aprofunde uma situação de concentração de poder, o marco civil da internet foi aprovado em 2014, visando a proteger a privacidade dos usuários; a liberdade de expressão, bem como combate à difamação e à exposição forçada (onde se enquadram as famigeradas "fake news", por exemplo); ampliação da produção de conteúdos por parte de novos agentes. Igualmente importante é a garantia da neutralidade de rede, princípio segundo o qual provedores de internet não podem discriminar conteúdos que trafegam em suas conexões.

6 - ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SINDICAL

Mais do que nunca somos chamados a uma ampla unidade sindical com os setores democráticos e populares do país, além da solidariedade internacional de classe, para defender os direitos dos/as trabalhadores/as e a própria existência das organizações que hoje é atacada pelo governo golpista para retirar dos trabalhadores seu instrumento de resistência. Resistiremos para defender a democracia e lutar para revogar a reforma trabalhista, a reforma do ensino médio e o congelamento dos investimentos em educação e saúde. Lutar também pela execução dos Planos Nacional e Distrital de Educação. A defesa da soberania nacional está na ordem do dia o que significa defender a terra, a água, a energia e todos os recursos naturais que estão sob ataque do capital nacional e transnacional.

A agenda sindical do Sinpro para o próximo período deve combinar o fortalecimento da organização sindical de base com a mobilização ampla pela democracia, pela soberania e pelos direitos sociais. Os avanços conquistados na última década, fruto de muita luta social, estão todos ameaçados. Somente com uma ampla força social, articulado com um forte trabalho de base, será capaz de impedir a consolidação desses retrocessos.

Vamos combinar o processo de negociação das nossas pautas com o GDF, com a luta mais geral. Abordar a questão da reforma tributária com redistribuição de renda, taxação de grandes fortunas e do imposto regressivo, combater a sonegação e a corrupção, pois os grandes bancos e latifúndios são os que mais sonegam e corrompem.

Sabemos dos limites e das potencialidades do Sindicato. No entanto, precisamos dar um passo à frente na nossa luta e entender que o problema de fundo das nossas perdas é fruto do avanço do grande capital que destrói as conquistas dos/as trabalhadores/as. Entender que existe uma luta de classes em curso e que se não unificarmos as nossas ações com outros setores da classe trabalhadora e do conjunto da sociedade não teremos êxito. Para isso, é necessário a compreensão do conjunto da nossa categoria para o momento que estamos vivendo, e pela busca permanente da solidariedade de classe.

O Sinpro, aliado à nossa central sindical (CUT) e demais movimentos sociais e populares, deve impulsionar a luta contra o fascismo no Brasil e defender a igualdade de gênero, o respeito a diversidade étnico-racial e de orientação sexual, a acessibilidade da pessoa com deficiência e a educação pública laica e inclusiva para todos e todas. No Plano Distrital de Educação (PDE) isso tudo está previsto e devemos cobrar o tempo todo. Para isso, torna-se necessário uma ampla frente popular contra a intolerância, o ódio e a violência do estado autoritário, ou seja, uma frente contra o fascismo.

É necessário compreender que mesmo uma categoria forte e numerosa como a nossa não possui as forças necessárias para resistir sozinha aos ataques organizados de forma coordenada pelo GDF, Governo Federal, A

Câmara Legislativa, o Congresso nacional, a mídia e o judiciário. Precisamos nos articular com as demais categorias da classe trabalhadora e os movimentos sociais e populares. Nós que sofremos juntos, devemos resistir juntos!

É preciso compreender que mesmo no seio do movimento sindical temos setores responsáveis pelos retrocessos que temos vivido. Tanto centrais sindicais pelegas como a Força Sindical e esquerdistas como a Conlutas apoiaram o Golpe de Estado realizado em 2016. Esta postura deve ser denunciada a todos os trabalhadores para que saibam que estas lideranças não merecem nossa confiança.

Precisamos fortalecer uma frente em defesa do serviço público como saúde, educação, assistência social, bancos públicos (como motor do financiamento do desenvolvimento nacional), das empresas públicas como Caesb, Ceb, Petrobrás, Eletrobrás, Correios e demais.

Precisamos enfrentar todo esse debate no interior das escolas com a paciência revolucionária necessária, visando acumularmos forças para um período que se avizinha de muito enfrentamento. Convocar os/as delegados/as de base, o conjunto da militância da educação para, em atividades permanentes (assembleias, plenárias, reuniões), avaliar e definir ações conjuntas de mobilização. Ampliar o trabalho de base com visitas nas escolas, mutirões e plenárias regionais.

A Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo e relação com os movimentos sociais

No último período a CUT, a CTB, o MST, o MTST, a UNE, a UBES e vários outros movimentos construíram a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, para realizar grandes mobilizações e lutas unificadas contra o golpe e em defesa dos direitos da maioria do povo. O Sinpro pode auxiliar nesta construção, pois somente com uma ampla unidade entre os setores explorados e oprimidos conseguiremos reverter a atual situação. Compreendemos que nenhuma frente pode substituir o papel da CUT, dos sindicatos e dos movimentos, mas ser um importante espaço de articulação de ações conjuntas.

O Sinpro, enquanto sindicato presente em todas as escolas públicas dos quatro cantos do DF, deve construir mecanismos de diálogo e construção conjunta com os movimentos sociais tanto em âmbito distrital como em cada regional de ensino e região administrativa. É desde a base que construiremos os laços de solidariedade de classe e movimentos populares e comunitários massivos. E a realização do dia 10 de agosto como o dia do basta de desemprego, basta de privatizações, basta de arrocho salarial e defesa da democracia.

7 - PLANO DE LUTAS: DESAFIOS E TAREFAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO

Considerando o momento nacional do país de golpe continuado (jurídico, parlamentar e midiático) buscamos priorizar as seguintes ações para o próximo período:

1. Defesa intransigente da democracia e da soberania nacional;
2. Lutar pela liberdade do ex-presidente Lula e seu direito de ser candidato;
3. Lutar para revogar a EC 95 que congela os investimentos em educação e saúde;
4. Não a entrega do Pré-Sal e do setor elétrico para o capital nacional e transnacional;
5. Garantia dos recursos do Pré-Sal para a educação e a saúde;
6. Lutar para revogar a reforma trabalhista;
7. Continuar a luta contra a reforma da previdência que pretende deixar o povo trabalhando até morrer;
8. Lutar por uma reforma tributária que taxe as grandes fortunas e os dividendos;
9. Democratização dos meios de comunicação, acabando com o monopólio do poder econômico que manipula a opinião pública com apenas uma visão;

10. Apoio as reformas agrária e urbana, como forma de redistribuir a terra de maneira mais humana e democrática, no campo e na cidade);
11. Defesa de todas as empresas e bancos públicos que financiam e apoiam o desenvolvimento nacional;
12. Democratização do poder judiciário;
13. Apoiar os projetos eleitorais que se identificam com as reivindicações dos/as trabalhadores/as;

Em nível local:

14. Apoiar as ações de reforma agrária, agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional e economia solidária;
15. Defender o patrimônio público do Distrito Federal: Banco Regional de Brasília (BRB), Companhia Energética de Brasília (CEB), Companhia de Saneamento Ambiental (Caesb) e demais empresas públicas;
16. Lutar por uma Brasília para todos e todas, com mobilidade urbana e também acesso aos bens culturais da cidade;
17. Fortalecer a frente em defesa dos serviços públicos com os demais sindicatos e movimentos sociais.
18. Participar ativamente do debate eleitoral em âmbito local e nacional, para eleger representantes que sejam aliados das pautas da categoria e da classe trabalhadora.

Na educação:

19. Defender as execuções do PNE e PDE como contraponto ao golpe em curso na educação;
20. Continuar a luta pela valorização salarial da categoria, com destaque para a isonomia prevista na Meta 17 do Plano Distrital de Educação (PDE), garantia do Plano de saúde, realização de concurso público e nomeação dos aprovados;
21. Aprofundar o debate em defesa da gestão democrática escolar;
22. Defender a escola livre com amplo debate sobre as várias posições na sociedade. Não à "Lei da mordacça";
23. Garantir as matrículas escolares de todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos;
24. Ampliar a rede física das escolas;
25. Não ao calote da última parcela do plano de carreira;
26. Não ao calote da pecúnia da licença-prêmio;
27. Manutenção da Mesa de Negociação na rede de ensino para tratar das pautas permanentes da categoria e da educação em geral;
28. Apoio às entidades do movimento estudantil, como os grêmios estudantis, UNE, UBES, Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e UESDF;
29. Apoiar a luta pela aposentadora especial para os/as orientadores/as educacionais;
30. Lutar pelo aumento do auxílio alimentação e do plano de saúde;
31. Garantir a expansão das políticas de formação, de carreira e de condições de trabalho dos/as educadores/as;
32. Lutar pela construção de creches públicas com gestão pública do GDF;

33. Contra a terceirização no setor público;
34. Paridade de direitos trabalhistas aos educadores temporários em relação aos efetivos, enquanto permanecerem nessa condição contratual;
35. Contra os projetos do GDF que visam a criar a previdência complementar para os servidores públicos;
36. Por uma política de readaptação e inclusão integral dos/as professores afastados por motivos de saúde;
37. Fortalecimento da política de formação do Sinpro, envolvendo o conjunto da base;
38. Retomar o debate para criar e consolidar os coletivos de juventude e também socioambiental do Sinpro;
39. Fortalecer a luta pela igualdade de gênero, diversidade e autonomia da mulher trabalhadora;
40. Ampliar a luta contra o racismo;
41. Denunciar a homofobia e a lgbtfobia.

OUTRAS DEMANDAS APROVADAS NO 11º CTE

Gestão Democrática, Avaliação e BNCC

1. Lutar pela Lei de Responsabilidade Educacional - PL 7420/2006;
2. Fomentar a discussão sobre o Currículo em Movimento e os perigos da BNCC;
3. Lutar pela redução de número de alunos por professor (a);
4. Lutar contra o desmonte da EAPE;
5. Defesa de Diretrizes Curriculares de Educação no Campo;

Os desafios da educação para o Brasil no contexto do golpe de Estado e a lógica privatista do mercado neoliberal

1. O Sinpro-DF deve convocar reuniões de formação de comitês em Defesa da Democracia;
2. O Sinpro-DF deve defender a convocação de uma greve geral contra todas as políticas e medidas reacionárias do governo Temer.

Democratização dos Meios de Comunicação: o papel da comunicação de massa na consolidação da hegemonia do pensamento único conservador

1. Promover estudos e pesquisas para alcançar, nos nossos veículos de comunicação, linguagem e estética mais atrativas ao diálogo com nosso público, em especial, com a juventude;
2. O Sinpro-DF deve se empenhar, junto com a CUT e demais sindicatos de luta, para superar a fragmentação e reorganizar os veículos de comunicação alternativos ligados ao movimento sindical;
3. Incentivar iniciativas e experiências nas escolas que visam a formar um público questionador, capaz de romper com a dominação executada pela grande mídia;
4. O Sinpro-DF orienta que professores e professoras não utilizem produtos da Rede Globo como referência nem em sala de aula, nem como pauta do movimento;
5. O Sinpro-DF orienta professores (as) e orientadores (as) que, tanto em sala de aula quanto nos espaços do movimento, apresentem os veículos alternativos de comunicação;

6. Denunciar e combater o silenciamento imposto a professores (as) e orientadores (as), quando ocorrer, dentro da escola. Seguir combatendo a Lei da Mordaça e seus reflexos no dia-a-dia da categoria!
7. Problematizar em sala de aula o monopólio da mídia e a manipulação da sociedade promovida por ela;
8. Desconstruir em sala de aula os estereótipos de gênero e raça que criam e fortalecem opressões;
9. Fortalecer a imprensa do Sinpro-DF, levando os conteúdos dos nossos veículos de comunicação para debate interno na escola.

Educação, diversidade e direitos humanos

1. Apoio e solidariedade aos 23 perseguidos políticos do Rio de Janeiro (ações de junho/2013);
2. Fortalecer a campanha Abraço Negro;
3. Combater o discurso fascista dentro das escolas;
4. Valorizar pesquisadores, cientistas e pensadores negros (as), Profissional Com Deficiência e mulheres, incluindo-os (as) nos programas e currículos;
5. Formular ações para tirar os professores (as) e orientadores (as) LGBT da invisibilidade nas escolas;
6. Valorizar, defender e fortalecer a aplicação da lei 11.645 (ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas) Art. 26 LDB.

Financiamento da educação. Soberania: água e energia

1. Sinpro DF incorporar na campanha "O Petróleo para Educação" a defesa da "Petrobrás 100% Estatal".

Ecossocialismo

1. Aprofundar o debate sobre o socialismo democrático e popular como alternativa ao sistema capitalista global.

Conjuntura e os reflexos das políticas do capital global no Brasil e demais países da América Latina

1. Debater a escola como locus do debate público em defesa da democracia e das políticas de inclusão social;
2. Apoiar a luta pela auditoria da dívida pública;
3. Denunciar a volta do Brasil ao mapa da fome;
4. Solidariedade à Venezuela e Nicarágua e contra a intervenção do imperialismo estadunidense na América Latina;
5. Defesa permanente da saúde e educação públicas como estratégias de enfrentamento do capitalismo financeiro.

EMENDAS APROVADAS NA PLENÁRIA FINAL DO CONGRESSO:

1. Apoiar a luta dos trabalhadores terceirizados por condições dignas de trabalho, visto que é uma categoria marginalizada e composta majoritariamente por mulheres negras com pouco espaço de participação política no ambiente escolar devido à forte perseguição política;
2. Redução da quantidade de alunos por professor para a melhoria das condições de trabalho e conse-

quentemente da qualidade do ensino, por meio da nomeação dos aprovados em concurso, acompanhado do aumento da infraestrutura das escolas;

3. Luta pelo aumento da licença maternidade para um ano e expansão da licença paternidade.

PROPOSTAS APROVADAS NOS CICLOS:

EDUCAÇÃO INFANTIL

1. Pela aplicação da meta 1 do PDE;
2. Acompanhar a revisão das diretrizes da educação infantil;
3. Encontros periódicos de debate da educação infantil;
4. Lutar por creches públicas;
5. Seminário de educação infantil no segundo semestre de 2018

ENSINO ESPECIAL

1. Manutenção e reforço dos serviços de acompanhamento aos estudantes com deficiência;
2. Aplicação da legislação federal sobre a pessoa com deficiência pelo GDF;
3. Manutenção dos centros de educação especial;
4. Aplicação da lei federal 10.436/02 (regulamentada pelo Decreto Federal 5.626/05), que aponta que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
5. Formação continuada para professores da rede em Libras;
6. Que EAPE e SEE-DF promovam cursos de formação dirigidos a profissionais da educação que lidam com educação especial;
7. O diagnóstico do estudante com deficiência deve permanecer sob responsabilidade da equipe de apoio educacional;
8. Reafirmar a importância da educação especial do estudante com qualquer idade na rede pública de ensino, conforme PDE;
9. Defesa da meta 4 do PDE.

EJA

1. Reafirmar a política de educação de jovens e adultos;
2. Elaboração e aquisição de material didático dirigido a jovens e adultos;
3. Que se cumpram as diretrizes da EJA;
4. Integração da EJA, em todos os segmentos, com o ensino profissionalizante pela rede pública;
5. Que EAPE e SEE-DF assegurem formação continuada voltada para EJA, sobretudo a descentralizada, ampliando as vagas.

ENSINO MÉDIO

1. Lutar pela revogação da reforma do ensino médio;
2. Lutar contra a aprovação da BNCC.

PROPOSTAS ORIUNDAS DO GT DOS ORIENTARES/AS EDUCACIONAIS

1. Reivindicar, junto à SEDF/GOE, a retomada dos Encontros (Fóruns) Regionais, com o objetivo de fortalecer o trabalho do Orientador e resgatar a especificidade de sua profissão; favorecer a troca de experiências entre os profissionais;
2. Campanha de Fortalecimento da Carreira Única do Magistério Público do DF, ressaltando a importância dos dois segmentos que a compõe (Professor de Educação Básica e Pedagogo-Orientador Educacional);
3. Lutar pela garantia da Coordenação Coletiva semanal dos OEs e pelo direito às Coordenações Pedagógicas Individuais (alteração do Artigo 10º do Plano de Carreira - Lei 5.105/13, ressaltando a importância desse importante espaço de reflexão e construção da identidade do Orientador Educacional);
4. Garantir uma maior participação dos OEs nas pautas da Secretaria de Mulheres do SINPRO-DF, que se coloca à disposição dos mesmos, em pautas relacionadas às temáticas dessa área;
5. Ampliar a participação dos OEs na Clínica do Trabalho e demais ações relativas à psicodinâmica do trabalho, implementadas pela Secretaria de Saúde do SINPRO-DF, que também se colocou à disposição desses profissionais;
6. Retomar a luta pela Aposentadoria Especial dos Orientadores Educacionais, à partir das entidades nacionais que nos representam, como a CNTE e a CUT. Essa luta, entretanto, não pode estar dissociada da luta para derrotar, definitivamente, a contrarreforma da Previdência;
7. Garantia, por parte do SINPRO-DF, de que mais encontros como o Ciclo de Debate sejam realizados no decorrer do ano letivo (pelo menos um encontro por semestre), com vistas ao desenvolvimento de um maior sentimento de pertencimento e a uma maior articulação e mobilização desse segmento da categoria para as lutas gerais do sindicato;
8. Promover palestras e debates que ajudem os OEs a terem uma maior clareza de seu papel na escola, em todas etapas e modalidades de ensino da educação básica para intervir com mais eficiência e qualidade no processo educativo de crianças, jovens, adultos e idosos trabalhadores da Escola Pública, especialmente considerando a chegada de novos profissionais na Rede;
9. A comissão de Políticas Educacionais do SINPRO-DF deverá reivindicar, junto à GOE (Gerência de Orientação Educacional), maior envolvimento dessa gerência com os Profissionais da Orientação Educacional, inclusive garantindo debates, fóruns e cursos de formação continuada, que subsidiem e que fortaleçam a prática pedagógica dos mesmos;
10. Reivindicar, junto à EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação), uma preocupação maior com a Formação Continuada (pós-graduação) dos OEs, no sentido de garantir que a UnB possa adotar linhas de pesquisa que contemple esse segmento profissional da Careira do Magistério Público do DF;
11. Articular com a UnB, para Incluir a História da Orientação Educacional (do Brasil e do DF), nos anais do Museu da Memória da Educação do DF, com quem o SINPRO-DF tem uma parceria;
12. Criar um Grupo de Trabalho/Estudo de OEs, em parceria com o Centro de Memória Viva (CMV) da Faculdade de Educação da UnB, sobre a História da Orientação Educacional;
13. Fortalecer o Coletivo de Orientadores Educacionais no SINPRO-DF, como uma conquista importante do segmento, desde 2012 (com reuniões periódicas, pelo menos bimestrais, ou conforme a necessidade).

GRUPO DE TRABALHO MEIO-AMBIENTE:

1. Lutar para que o GDF implemente hortas comunitárias nas escolas públicas que atendam do ensino fundamental ao médio.
2. Criação de uma disciplina que traga à sala de aula os temas do meio-ambiente e da economia solidária.
3. No projeto político-pedagógico, as escolas debatam os temas do meio-ambiente, questão hídrica, necessidade de preservação do bioma cerrado e os danos causados pelo agronegócio.
4. Encontro de professores (as), estudantes, demais profissionais da educação e pais para debater o meio-ambiente, a biodiversidade e as especificidades do cerrado, a fim de despertar essa identidade e laços de pertencimento.
5. Coleta seletiva em todas as escolas.
6. Pela replantação de espécies nativas, fortalecendo fauna e flora da região.
7. Lutar pela aplicação da lei de prática ambiental dentro da escola.
8. Estimular o aprendizado in loco especialmente dos estudantes da zona rural. Fiscalização contra danos ambientais, cuidados com as nascentes e preservação do cerrado.
9. Por uma parceria entre a Secretaria de Meio-Ambiente e a Secretaria de Educação, a fim de estimular a educação ambiental e a preservação dos biomas brasileiros, bem como o combate à privatização da natureza.
10. Promoção de oficinas de Educação Ambiental voltadas ao conhecimento e reconhecimento do cerrado como patrimônio natural brasileiro na Chácara do Professor.
11. Introdução de frutos do cerrado na alimentação escolar rural e urbana;
12. Construção de Escolas Sustentáveis ou uma possível transição daquelas que tenham a intenção de promover tal mudança, visando a sustentabilidade.
13. Estudar uma verba escolar que ajude a financiar projetos das escolas na área ambiental, de maneira sustentável no uso da água, energia, resíduos sólidos, horta pedagógica e sistema agroflorestal.

GRUPO DE TRABALHO DE SAÚDE DOS(AS) TRABALHADORES(AS) EM EDUCAÇÃO

1. Defender o Sistema Único de Saúde – SUS com o melhoramento e expansão dos Programas Públicos já existentes e a criação de novos programas de saúde pública que atendam as novas demandas da sociedade;
2. Solicitar à SEEDF que institua grupo permanente de trabalho para acolhimento de demandas relacionadas às incapacitações psicossomáticas com o objetivo de dar assistência e suporte ao (à) servidor (a);
3. Propor à SEEDF a criação de equipe de saúde para percorrer periodicamente, as unidades de educação da SEEDF para fazer levantamentos e diagnósticos da saúde dos (as) profissionais (as) e dar encaminhamentos, como prevenção às doenças;
4. Realizar os exames periódicos em conformidade com o disposto no Manual de Saúde e Segurança no Trabalho/2012 e Portaria nº 55/2012;
5. Exigir que a SEEDF cumpra o Programa Pós Carreira que visa apoiar/preparar os (as) servidores (as) para a aposentadoria, com orientações sobre finanças, salário e projetos de vida para além da vida profissional;
6. Reivindicar a construção de um Hospital para atendimento exclusivo dos (as) servidores (as) do GDF;

7. Exigir que os programas instituídos pela SUBSAÚDE tenham eficácia para acolher e acompanhar o (a) servidor (a) em adoecimento;
8. Requerer que haja Orientadores (as) Educacionais e Psicólogos (as) em cada escola e Coordenações Regionais de Ensino conforme a modulação;
9. Realizar pesquisa sobre a saúde do (a) professor (a) aposentado (a);
10. Incluir na Lei de Gestão Democrática a obrigatoriedade de ações políticas dentro da escola para a PREVENÇÃO do adoecimento docente e que o controle social dessas ações seja feita pela entidade sindical;
11. Ampliar nas escolas públicas o debate referente as psicopatias e Medicalização na Educação

GT DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1. Valorizar a cultura corporal por meio da implementação da prática da Educação Física em todas as unidades escolares que atendem os anos iniciais, garantindo estruturas adequadas nas unidades escolares e ampliando a inserção do professor de educação física nos anos iniciais, por meio do projeto educação com o movimento.
2. Defesa da permanência do Currículo em Movimento na educação física nas escolas públicas. Não à BNCC!
3. Educação Física como componente curricular obrigatório em todas as etapas da educação básica.
4. Intensificar o combate à ingerência do CREF no âmbito escolar. O exercício da docência, em qualquer campo profissional, já possui normatização e fiscalização por meio dos Conselhos Distrital e Federal de Educação.
5. Preservar e fortalecer a formação continuada e a permanência do professor de Educação Física na escola com jornada ampliada (40h de trabalho).

GT VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS:

1. Campanha permanente contra a violência nas escolas com materiais gráficos, vinculação nos meios de comunicação, atividades de rua como aulas públicas e fomentar o debate nas coordenações pedagógicas. Objetivos: defesa da escola pública, promoção da cultura de paz; ainda que a violência nas escolas seja decorrente da violência social e divulgação com debates descentralizados do estudo realizado pelo Sinpro DF "Violência nas Escolas Públicas do DF";
2. Marcar um dia anual de luta contra a violência na escola e na sociedade em que haja debates e manifestações em locais públicos nas diversas cidades do DF;
3. Promoção de Seminário à respeito da Pedagogia do Trauma desenvolvida nas favelas de São Paulo para reverter quadros de transtornos traumáticos vivenciados por jovens e crianças;
4. Aproveitar os cursos de aperfeiçoamento realizado pela UnB – Secadi chamado Educação, Pobreza e desigualdade social, cujo debate é o de propiciar o diálogo e abrir espaço pedagógico para público da escola pública que vivencia a pobreza e a extrema pobreza;
5. Exigir do GDF o fortalecimento de políticas públicas de combate à pobreza, incluindo o auxílio estudantil, financeiro para iniciação científica, trabalhos artísticos e esportivos;
6. Não à instalação de batalhão escolar nas escolas e não às revistas em sala;
7. Além disso, redução do número de alunos e alunas por professor garantindo o direito à educação;
8. Contra militarização das escolas;

9. Por uma política de segurança e de conscientização sobre o uso de drogas que envolva a comunidade;
10. Alimentar o estudo feito pelo sindicato sobre a Violência nas Escolas Públicas do DF com pesquisas sobre a percepção da comunidade escolar em relação à violência praticada pelo governo contra a categoria, automutilação e ao suicídio.
11. Pela aplicabilidade da Lei 10.639/03 e fortalecimento do Dia da Consciência Negra a partir dos PPPs para combater o racismo.

PROPOSTA PARA POLÍTICAS DE APOSENTADOS/AS

O Sinpro continuará cobrando do GDF os acertos financeiros, incluindo o pagamento das licenças prêmio em pecúnia, conforme prazo estabelecido na Lei 840/2011. Acrescenta-se a isso uma a intensificação na cobrança de um cronograma de pagamento para precatórios e agilidade no pagamento das ações de prioridade.

MOÇÕES APROVADAS NA PLENÁRIA DO 11º CONGRESSO

Moção pela absolvição dos 23 militantes do Rio de Janeiro, dos 18 de São Paulo e pela liberdade para Rafael Braga! Lutar não é crime!

Nós, professoras (es) e orientadoras (es) participantes do 11º CTE (Congresso dos Trabalhadores em Educação), vimos por meio desta demonstrar nossa total solidariedade aos 23 militantes do Rio de Janeiro condenados em primeira instância no dia 17 de julho, por participarem de protestos pelos direitos do povo no contexto da Copa do Mundo de 2014. Nos solidarizamos também com os 18 militantes de São Paulo igualmente perseguidos politicamente por participarem de protestos contra o governo estadual de Geraldo Alckmin. Nos solidarizamos e exigimos a liberdade de Rafael Braga. Exigimos a absolvição de todos os perseguidos e presos políticos!

Reforçamos a luta pela liberdade de opinião e manifestação populares que estão sendo duramente atacadas nos últimos anos. O ataque a esses lutadores é um ataque a todos e todas que estão lutando nas greves, nas ruas, no campo e na cidade.

Moção em apoio à Nicarágua e a Venezuela, contra a intervenção imperialista

O Golpe de Estado impetrado contra o Brasil de maneira nenhuma pode ser entendido como uma política isolada.

O imperialismo montou uma verdadeira operação internacional para colocar a "casa" em ordem diante da enorme crise capitalista acirrada a partir de 2008.

Para colocar em prática essa orientação, aqui na América Latina, estão dispostos a incitar inclusive enfrentamentos bélicos como sugere os representantes dos EUA contra a Venezuela.

A Nicarágua é outro país atacado, assim como a Venezuela e o Brasil sob o fogo e as botas imperialistas que precisa mais do que nunca garantir sua opressão sobre os povos.

Esses ataques demonstram que o próximo período, de modo nenhum, está marcado pelas tendências democráticas e de conciliação, mas apontam no sentido de uma polarização crescente, do acirramento da luta entre a classe trabalhadora dos países atrasados e do mundo contra o grande capital em crise e seus governos.

Por isso, os professores e orientadores presentes no 11º CTE (Congresso dos Trabalhadores em Educação), aprovam seu apoio à Nicarágua e a Venezuela.

Fora as tropas imperialistas da Venezuela e da Nicarágua!

Moção de apoio ao Lula, contra o golpe na educação e todas as suas medidas

A educação tem sido uma das principais vítimas das medidas adotadas contra o país depois do golpe de Estado que depôs a presidenta Dilma Rousseff.

Mais de 900 propostas e projetos tramitam no Congresso Nacional golpista e resultarão em consequências nefastas contra a sociedade, mas em especial contra a comunidade escolar e seus profissionais.

A PEC-55, conhecida como PEC da morte, que congelou por 20 anos o orçamento para a educação, deteriorando as condições de estudo e trabalho de milhares de trabalhadores e estudantes, é apenas um pequeno exemplo dos planos dos golpistas.

Não satisfeitos com as medidas anti-trabalhadores os golpistas querem calar a voz dos trabalhadores por meio de uma campanha contra os sindicatos, movimentos e partidos de esquerda e de prisões políticas.

A prisão de Lula, maior representante da luta contra o golpe, representa, nesse sentido a prisão dos direitos do povo, direitos a um salário digno e os reajustes necessários, direitos a uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade, direito de expressão e de boas condições de vida e trabalho.

Por isso, os professores e orientadores presentes no 11º CTE (Congresso dos Trabalhadores em educação), aprovam seu apoio à liberdade de Lula, preso político, e a luta contra o golpe, a PEC-55 e todas as medidas golpistas.

Moção em defesa da democracia, por Lula Livre e pelo direito de Lula se manter candidato

A democracia foi abalada em 2016 após o golpe jurídico-parlamentar-midiático que colocou Temer no poder. Dessa maneira, abriu-se um caminho para a política da destruição dos nossos direitos e das nossas entidades de classe consolidando um estado de Exceção.

A força da nossa organização atrapalhou e atrapalha esses planos perversos. A resposta dos golpistas é aprofundar o estado de Exceção. O segundo passo foi dado junto com o judiciário para condenar sem provas o ex-presidente Lula e tentar retirá-lo da disputa presidencial.

Ainda que tenha sido registrada a candidatura no último dia 15 junto ao TSE, existe risco de Lula ser impedido de concorrer às eleições. Se isso acontecer, sem que o processo contra ele tenha sido tramitado até a última instância, subverte à lei e deixa mais nítida a perseguição política.

Essa brecha abre um precedente perigoso porque todo aquele que se colocar contra essa agenda perversa que piora as nossas condições de vida e trabalho poderá sofrer uma perseguição. Independentemente do que diz as leis.

Nós, delegados e delegadas ao 11º CTE (Congresso dos Trabalhadores em Educação), reafirmamos nosso compromisso contra o Estado de Exceção, contra a ditadura do judiciário, pela liberdade de Lula e pelo direito de Lula se manter candidato. Essa é uma tarefa de todos aqueles que defendem a democracia. Caso contrário, todo trabalhador e trabalhadora, sindicatos e centrais sindicais estarão sob ameaça, e, sem nossas organizações, estaremos sem nosso instrumento de luta que poderá impedir a retirada de direitos.

RESOLUÇÕES APROVADAS

Não à cassação do registro da candidatura de Lula

O combativo e massivo ato realizado por dezenas de milhões de ativistas de todo o país, em frente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nesta quarta-feira (15.08) foi uma demonstração inequívoca da enorme disposição de luta presente nas bases das organizações de luta dos explorados que se aglutinam em torno da luta contra o golpe e, mais particularmente, na defesa do elemento aglutinador dessa luta, capaz de unir e mobilizar a esquerda anti golpista: o agora candidato registrado no TSE e maior liderança popular do país, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No entanto, o filme não acaba nessa cena.

Duas horas após o registro, ainda a tempo de ser divulgado no famigerado Jornal Nacional, da TV Globo golpista, a procuradora geral da república, Raquel Dodge – indicada para o cargo por Michel Temer-, apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a impugnação (questionamento) da candidatura de Lula à presidência da república. O recurso, assim como outros que deverão ser apresentados até o dia 20, serão analisados pelo ministro Luís Roberto Barroso, vice-presidente do TSE e relator do pedido de registro, ferrenho defensor da prisão de Lula e do golpe de estado no Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao mesmo tempo o Ministério Público Federal (MPF) golpista apresentou à Justiça uma série de questionamentos sobre o número de advogados cadastrados para defender Lula e contra o comportamento de Luiz Inácio Lula da Silva, que está preso na superintendência da polícia Federal (PF), em Curitiba, desde 07 de abril, buscando restringir as visitas ao ex-presidente e impedir que o candidato à presidência faça pronunciamentos públicos, diretamente ou através de terceiros. Um dos alvos dos “questionamentos”, destacados pelos procuradores, é a presidenta do PT, senadora Gleisi Hoffmann, habilitada legalmente como uma das advogadas de Lula. Cinicamente, o MPF alega que Gleisi visita Lula com “frequência incomum”, que ela estaria impedida do exercício da advocacia, por ocupar cargo parlamentar, e querem que ela seja impedida de atuar como advogada no caso de Lula.

A situação evidencia que não estamos diante de uma campanha eleitoral, mas de uma verdadeira guerra, na qual os golpistas tem como arma principal, impedir a candidatura de Lula, condição “sine qua non” para realizar eleições fraudulentas (sem Lula) que permitam dar a “vitória” a um candidato do regime golpista, comprometido com os interesses do imperialismo norte-americano, os verdadeiros “donos do golpe”: destruir a economia nacional e promover o maior retrocesso nas condições de vida do povo brasileiro de todos os tempos.

O ato no TSE, do dia 15, mostra o enorme potencial e disposição de luta presentes entre o ativismo da esquerda, dos trabalhadores e da juventude e de suas organizações de luta; ao mesmo tempo, impulsiona um claro sentimento de que é possível lutar e derrotar os golpistas.

A tarefa é impulsionar esta perspectiva, deixando para trás a perspectiva de derrotas de conciliação e entendimento com os golpistas, os planos traidores dos defensores do “plano B”, de abandonar Lula e apresentar uma candidatura aceitável para o regime nascido no golpe de estado, que sirva para ser derrotada e eleições fraudulentas, que sirvam apenas para legitimar um novo governo golpista, que intensifique os ataques contra os trabalhadores.

É o momento de fortalecer os comitês de luta em todo o país e por em marcha a organização de uma grande mobilização nacional, por meio de cartazes, panfletos, redes sócias, que tenha como eixo a realização de uma manifestação gigantesca na data do julgamento da cassação de Lula pelo TSE.

Eleições sem Lula é fraude!

É Lula ou nada !

Resolução pela constituição de comitê Lula Livre na educação!

O governo Temer e seus aliados deram um grande golpe na democracia e na educação do nosso país.

A preocupação com o futuro é o que passa pela cabeça de todos os trabalhadores e da juventude, diante de tantos ataques aos nossos direitos conquistados, especialmente na Educação, através da entrega do nosso Pré-Sal, da Contrarreforma do Ensino Médio, a BNCC e a EC-95 do congelamento de gastos.

O Judiciário, com apoio da mídia golpista, fabricou uma farsa para prender Lula e tentar impedi-lo de disputar as eleições presidenciais deste ano. É mais um golpe contra a democracia! A verdade é que tudo isso é contra nossos direitos. Por isso, tentam fraudar as eleições mantendo preso o candidato favorito nas pesquisas. Mesmo na prisão, gostando os golpistas ou não, Lula foi registrado como candidato no dia 15 de agosto conforme permite a lei.

Só com a força da classe trabalhadora é que podemos garantir eleições livres e democráticas, recuperar os recursos para a educação e fazer com que o Brasil volte a ter empregos e oportunidades. É com essa força que o povo pode reformar as instituições, passar o Congresso e o Judiciário a limpo.

Por todo país e em vários cantos do mundo, surgem atos e manifestações em defesa de LULA LIVRE! Para transformar essa luta em defesa da democracia e dos direitos que hoje é de milhares em milhões, é necessário mobilizar cada vez mais através dos Comitês Lula Livre. A partir disso, os delegados e delegadas do 11º CTE (Congresso dos Trabalhadores em Educação – Chico Mendes), decidem pela constituição de Comitê Lula Livre na Educação, a ser impulsionado pelo Sinpro-DF em unidade com outras entidades afins.

Por nossos direitos, pela Educação, por nosso futuro!
Lula Livre! Lula candidato!